

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2026

- - Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, na Sociedade Recreativa de A-do-Mourão - S. Tiago dos Velhos, pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos.-----

- - Presentes no início da reunião a Presidente da Assembleia Municipal, **Maria Cecília Carvalho Alves Frutuoso Moleiro**, o Primeiro Secretário, Jorge Manuel Raimundo Ferreira e a Segunda Secretária, Sónia Cristina Ramalho Camilo -----

Presenças: -----

Deputados Municipais -----

- - Sérgio Paulo Hipólito Agostinho -----
- - Célia Catarina Pereira Lavado -----
- - Rita Maria Matias Nunes -----
- - Rui Miguel Tomé Moreira -----
- - Rodrigo Plácido (em substituição de Maria de Fátima Coelho Rabaçal de Paiva) -----
- - José António dos Santos Parada -----
- - Pedro Miguel Costa Lourenço -----
- - Raquel Nuncio Fragoso Rodrigues de Carvalho -----
- - Hélia Tavares (em substituição de Daniel Alexandre Fernandes Dias) -----
- - Vicente Santos (em substituição de Maria José da Silva Duarte Antunes) -----
- - Jorge Fernando Camilo Tenente -----
- - José Carlos Moreira da Silva (em substituição de Ana Cristina da Silva Pinto) -----
- - Paulo Alexandre Ferreira Pereira -----
- - Ricardo Jorge Vicente Talixa -----
- - Teresa Maria Florindo da Silva Lopes -----
- - Maria João Lourenço Tavares -----
- - Miroslava Sciurov -----
- - Matilde Pinto Paulino -----
- - Fábio Miguel Romão Morgado - Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos -----
- - Pedro Miguel Paulino Mateus - Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó -----
- - Maria Ferreira Pereira - Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos -----
- - Catarina Alexandra dos Santos Costa - Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas -----

Representantes da Câmara Municipal: -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - O Presidente - Carlos Manuel Jorge Alves -----
- - O Vice-Presidente - Paulo César da Silva Pinto -----
- - A Vereadora - Rute Miriam Soares dos Santos -----
- - O Vereador - Joaquim Fernando Rodrigues Dinis-----
- - A Vereadora - Sónia Patrícia Rodrigues Tiago -----
- - O Vereador - André Filipe Serreira Agostinho-----
- - A sessão foi secretariada pela Coordenadora Técnica Ana Isabel Amorim Mendes ---

Faltas: -----

- - Foi apresentada a justificação de falta, pelos Deputados Daniel Dias e Fátima Rabaçal, que não estiveram presentes por motivos profissionais. -----
- - Também foi apresentada justificação pelas Deputadas Maria José Antunes e Ana Cristina Pinto, que não estiveram presentes por motivos de saúde. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Cumprimentou os elementos da direção de Sociedade Recreativa de A-do-Mourão, que estavam presentes; tendo agradecido a disponibilização da sala para a realização de mais uma reunião da Assembleia Municipal descentralizada.-----
- - Cumprimentou o Senhor Presidente e, na sua pessoa, todo o executivo, os colaboradores do município, os colegas da mesa e todos os Senhores Deputados e Deputadas Municipais. -----
- - Por fim cumprimentou o público presente, tendo de seguida dado a palavra ao mesmo.-----

----- **Público** -----

Intervenção da munícipe Paula Salema-----

Rua do Campo Comprido -----

“Verificou-se que foram recentemente realizadas obras de beneficiação, ou pelo menos de intervenção, na Rua do Campo Comprido, contudo, constata-se que uma extensão de aproximadamente trezentos metros, até à ligação da Estrada Nacional, ficou sem qualquer intervenção.-----

- - Atendendo a que esse troço se encontra atualmente em estado de degradação acentuada, dificultando a circulação e levantando preocupações de segurança para os utilizadores da via. -----
- - Solicita-se esclarecimentos sobre qual o motivo pelo qual a intervenção realizada não abrangeu a totalidade da Rua do Campo Comprido.-----
- - Se a exclusão daquele troço resultou de algumas razões técnicas, financeiras ou de outra natureza e se está prevista a sua requalificação numa fase posterior, em caso afirmativo qual o prazo estimado para a realização dessa intervenção. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Os munícipes que utilizam, diariamente esta via, consideram incompreensível que tenha sido intervencionada apenas uma parte da rua, permanecendo o restante troço em condições que consideram intransitáveis.” -----

Intervenção do munícipe José Lopes -----

Rua São Romão -----

- - “Em primeiro lugar, quero saudar o vosso trabalho, pela forma como estão a aproximar-se do povo, mas ao se aproximarem do povo, depois é preciso conseguirem resolver os problemas do povo, porque senão, não vamos a lado nenhum. -----

- - Se calhar pouca gente me conhece, mas eu tenho um casal na Rua de São Romão, e é uma das poucas ruas do Concelho que não está alcatroada, encontra-se em terra batida. -

- - O problema de ser terra batida é por ser um caminho onde estão a passar, diariamente, centenas, dezenas de camiões que transportam terra que vem de Lisboa e chegam A-do-Mourão. -----

- - Devido a esses camiões, há muito pó, dou o exemplo de que no outro dia vinha de carro, cruzei-me com dois camiões e tive que parar e encostar porque não via o caminho, era só pó no ar. -----

- - São camiões de grandes toneladas, mas mesmo assim, penso que trazem o dobro do peso que podem, porque as casas estão a ficar com as paredes rachadas, tem uma parte da vinha que há cerca de dois anos, não consigo tirar de lá um cacho de uva porque só tem pó em cima das cepas. -----

- - Há cerca de trinta anos, quando foi para se construir a A10, houve uma reunião na Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos, onde foram convocados todos os proprietários de casas e terras, desde da Rua de São Romão até A-do-Murão, onde foi solicitado a cedência de terrenos para se alargar a estrada para os camiões passarem, e a contrapartida era fazerem valetas e alcatroar o caminho. -----

- - O meu pai era vivo, autorizou que alargassem na zona das terras dele visto que as condições era fazer valetas e alcatroar, mas a única coisa que fizeram foi alargar, de resto nada. -----

- - Sou eu que estou a pagar as contribuições e acabo por pagar a contribuição referente ao caminho, e se a promessa tivesse sido cumprida, esta situação do pó agora não acontecia. Sei que ainda meteram uma cola de alcatrão até determinado sítio, mas depois essa cola desapareceu. -----

- - Visto que há uma aproximação das forças políticas à população, eu gostava que o problema fosse, minimamente, resolvido uma vez que é uma promessa com mais de trinta anos. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Presentemente o que acontece é que está, o dia todo, a passar camiões para baixo e para cima, se quiserem confirmar é só lá passarem, até podem parar ao pé da casa, e verem como é que as paredes estão a rachar. -----

- - O pó é tanto que, em dias de um pouco mais de vento, chega à localidade de A-dos-Eiros.”-----

Intervenção do munícipe Joaquim Queiroz -----

Rua de São Romão -----

- - Referiu que é munícipe desta freguesia e que vem secundar o problema que foi levantado pelo seu vizinho, porque também reside na Rua de São Romão. -----

- - À cerca de trinta anos, decidiu vir viver para esta freguesia, para um local sossegado com ar puro e construiu a sua casa na Rua de São Romão. -----

- - A Rua de São Romão, atualmente assim denominada, não passa de um caminho secundário que servia algumas dezenas de viaturas automóveis, para passarem do concelho de Vila Franca para esta zona, normalmente as pessoas que vinham para A-do-Mourão e que, ao virem de Vila Franca chegavam a Trancoso, atalhavam o caminho por aqui, portanto, eram vinte a trinta carros, no máximo, que passavam no caminho. -----

- - De há dois ou três anos a esta data, o caminho tornou-se um inferno, o seu muro está rachado de uma ponta à outra por causa dos camiões que passam, a sua casa, que até está ligeiramente afastada da estrada, também começa a apresentar rachas nas paredes desde que os camiões começaram a passar. -----

- - De segunda a sábado a partir das sete da manhã começam a circular os camiões e fazem muito barulho por causa dos buracos, as galeras a baterem no reboque também fazem muito barulho, e por tudo isso, perdeu o seu descanso, inclusivamente aos sábados e feriados, porque o domingo é o único dia que não há camiões a circular. -----

- - Passam centenas de camiões e levanta uma poeira que é impossível ter janelas abertas em casa, porque entra pó para dentro de casa, quando se tem roupa a secar a roupa fica toda cheia de pó, quando, às vezes tenho amigos ao fim de semana para conviver, comer no Jardim, não pode ser porque apanha-se com nuvens de pó. -----

- - “Eu não sou contra o progresso, eu consigo perceber que aquele atalho para os camiões, incomoda menos pessoas do que se tivesse que passar por dentro de São Tiago dos Velhos e atravessar A-dos-Eiros, eu até compreendo isso, simplesmente, acho que, antes de terem permitido esse desvio, deviam ter criado condições para que esse desvio pudesse funcionar como deve ser, nomeadamente, terem pavimentado a estrada e criarem condições para que os camiões possam circular adequadamente e sem perturbar as pessoas que ali residem. Eu percebo que sou o único residente, mas também tenho direito ao meu sossego, porque vivi trinta anos em Lisboa e decidi vir para aqui para ter

sossego e esse sossego durou vinte e cinco anos, mas agora terminou. Não vos roubo mais tempo, agradecia era que pudessem tentar resolver o problema.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Rua do Campo Comprido -----

- - Como a munícipe referiu, e bem, esse caminho foi alvo de uma intervenção, e agora com a questão das intempéries, estes caminhos passaram a ter um papel fundamental e são muito importantes, para aquilo que são estas situações extremas que, cada vez mais vão fazendo parte do calendário climático e é necessário fazer, cada vez mais, essa manutenção constante, porque tiveram, neste período das intempéries, um papel fundamental. -----

- - Esta artéria em concreto foi alvo de intervenção, com alguma ajuda por parte do exército, e a informação que tem, por parte da Junta da Junta de Freguesia de Arranhó, porque esse caminho pertence à jurisdição da freguesia, é que esse troço que descreve, já foi alvo de intervenção, o que não significa que o descritivo esteja errado, e que não seja necessário fazer uma atualização dos trabalhos e um reforço na manutenção, mas como o Presidente da Junta está presente, pensa que tenha tomado nota da situação e que irá tentar fazer essa manutenção. -----

Rua de São Romão -----

- - Referiu que percebe a dificuldade de quem tem esse enquadramento que retira qualidade de vida àquilo que é a sua vivência diária e que tem essa variável, de ter saído da grande cidade para procurar algum sossego e alguma tranquilidade, que o concelho de Arruda consegue oferecer. -----

- - Este problema, já vem de alguns mandatos atrás, o que significa que há um conjunto de infraestruturação, nomeadamente águas pluviais, que já deveriam ter sido feitas há muito tempo. -----

- - Esta situação tem aqui uma questão, entre outras, que tem a ver com o licenciamento de atividades económicas, nomeadamente a questão de uma pedreira e de um vazadouro que fazem com que haja este fluxo de tráfego de pesados constante e que provoca essa nuvem de pó que se vai acumulando, ou seja, há a dificuldade de como é que se gere uma atividade económica que é licenciada e que não pode ser limitada e, por outro lado, conseguir um conjunto de condições para as pessoas que, vivem paredes-meias com esse tráfego, não serem afetadas no seu dia a dia, e este equilíbrio é muito difícil. -----

- - Este é um investimento que deveria ter sido feito há décadas, entretanto, face a esse investimento deficitário, para não dizer inexistente, há aqui a questão do crescimento da atividade económica que tem como consequência, o aumento deste tráfego que é constante. Referiu que já esteve no local e até já reuniu com algumas entidades, nomeadamente com a empresa Santos e Vale, que também são afetados com tudo isto,

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

apesar de serem transitários, porque vivem paredes meias com o caminho que dá acesso à pedreira. -----

- - Agora o que é preciso ver é quando é que é enquadrável, no plano plurianual de pavimentações do município, fazer face a este investimento. Esta é a esperança que hoje pode deixar, mas o realismo dessa esperança, não pode tranquilizar ao ponto de dar uma data para a intervenção desse troço em termos de pavimentação. -----

- - O que pode dizer é que é uma situação em que o executivo já pensou bastante sobre ela, vocês fizeram o enquadramento todo correto, mas há outra questão, ou seja, o trânsito tem que passar por algum lado, e o que existe em termos de desvio, seria passar por dentro de São Tiago dos Velhos, mas afetaria ainda mais pessoas, mas também tem consciência que afeta muito quem vive na Rua de São Romão. O que pode dizer é que se vai tentar fazer esse investimento, assim que, financeiramente, seja possível. -----

Intervenção do munícipe Porfírio Varão-----

Rua de São Romão -----

- - Referiu que pertence à localidade de Adoseiros e, em relação à pedreira, gostaria de referir que ela não se encontra na freguesia de São Tiago dos Velhos, ela pertence a Trancoso e em Trancoso colocaram um sinal de “proibido a pesados”, ou seja, está-se a aguentar com o pó na Rua de São Romão e no Casal Novo. -----

- - A Pedreira pertence a Vila Franca de Xira, não pertence ao concelho de Arruda dos Vinhos, e por isso não se tem a obrigação de aguentar, um ano inteiro, com aquele pó.--

- - Tem uma pequena adega, e quando limpa a mesa, passados um dia ou dois volta a estar cheia de pó, raramente se pode lá estar, não se pode estender roupa, porque fica cheia de pó.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que não tem muito a acrescentar, tudo o que disse é rigoroso e, tal como já referiu, o executivo tem consciência disso. -----

- - O problema é que não se pode fechar o trânsito nem bloquear e, até já houve reuniões com as forças de segurança no sentido de perceber qual é o percurso alternativo que se pode fazer, mas é preciso ter em atenção o peso que esses veículos transportam, isso exige uma fiscalização por parte das forças de segurança, mas dizem que são incapazes de o fazer, nomeadamente a inexistência de balanças para fazer essas fiscalizações mais amiúde. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros voluntários de Arruda dos Vinhos -----

- - Gostaria de destacar o centésimo trigésimo sétimo aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arruda dos Vinhos. Participou nesse

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

aniversário e quer congratulá-los pela distinção que recentemente receberam, reconhecendo a qualidade, a dedicação e a abnegação de quem serve a população do concelho. -----

Atletas do Concelho -----

- - Gostaria de fazer uma breve referência aos atletas do concelho que, recentemente foram distinguidos pelas suas conquistas desportivas. -----

- - Os resultados alcançados honram, não apenas os próprios atletas, mas também os clubes que os formam e acompanham diariamente.-----

- - O associativismo desempenha um papel insubstituível na promoção de valores como o empenho, a disciplina, o espírito de equipa e a cidadania, contribuindo de forma decisiva para a coesão e vitalidade da nossa comunidade.-----

- - “Em meu nome e em nome desta assembleia, felicitamos todos os atletas medalhados bem como os respetivos clubes, dirigentes, treinadores e famílias. Saudamos igualmente o trabalho desenvolvido pelo município no apoio ao movimento associativo, reconhecendo que o sucesso hoje celebrado é o resultado de um esforço coletivo que muito prestigia Arruda dos Vinhos.” -----

Assembleia Municipal Extraordinária - O Estado do Município -----

- - Deixou uma nota, de que no dia dezassete de julho, irá realizar-se a assembleia extraordinária com o tema “O Estado do Município”. Assim solicita que coloquem essa data nas vossas agendas, além de, posteriormente, será enviada a convocatória. -----

Período antes da ordem do dia -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA CÉLIA LAVADO -----

- - “Em primeiro lugar, quero realçar, em nome do Partido Socialista, a importância das Assembleias Municipais Descentralizadas. São um instrumento fundamental de proximidade democrática, permitindo que as populações possam ouvir diretamente os seus autarcas, conhecer melhor o que se passa no seu concelho e expressar, de forma direta, as suas opiniões, preocupações, necessidades e aspirações. Obrigada pelas V. intervenções, dirigindo-se ao público presente.-----

- - Estando hoje aqui em A-dô-Mourão, é particularmente pertinente questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das obras de saneamento básico que decorrem nesta localidade. Trata-se de uma reivindicação antiga da população, uma necessidade há muito identificada e mais um compromisso eleitoral do Partido Socialista que se encontra em concretização. -----

- - Em segundo lugar, quero também aproveitar esta oportunidade para felicitar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arruda dos Vinhos pelo seu 137.º aniversário e pela distinção recentemente recebida. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Este reconhecimento é ainda mais relevante quando sabemos que, em situações de emergência, a prontidão dos nossos bombeiros pode fazer toda a diferença. Tivemos recentemente uma situação em que o INEM demorou mais de 50 minutos a atender uma chamada para socorrer um cidadão do nosso concelho, que necessitava de ser transportado para o Hospital de Vila Franca de Xira. A resposta pronta dos Bombeiros de Arruda dos Vinhos evitou males maiores e voltou a demonstrar a importância insubstituível da sua proximidade às populações. -----

- - Essa proximidade é essencial para garantir um socorro eficaz, sobretudo nas localidades mais afastadas da sede do concelho. Por isso, e estando nós hoje na freguesia de São Tiago dos Velhos, gostaria também de questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da Secção Descentralizada dos Bombeiros de Arruda dos Vinhos. -----

- - O crescimento do nosso concelho deve ser acompanhado por melhores serviços, melhores respostas e melhores infraestruturas. Um dos anseios da população tem sido a existência de uma segunda farmácia na freguesia de Arruda dos Vinhos. Gostaríamos, por isso, de saber se existem desenvolvimentos relativamente a esta matéria e que diligências têm sido feitas nesse sentido pelo executivo. -----

- - Por último o desenvolvimento não pode servir apenas alguns. O desenvolvimento do concelho tem de ser equilibrado, justo e atento a quem mais precisa. Não podemos esquecer as pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, é essencial reforçar as respostas sociais e garantir condições dignas de habitação. Assim, gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre os passos que têm sido dados ao nível da habitação social no concelho. -----

- - Agradeço, desde já, as respostas que possam ser prestadas.” -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MARIA JOÃO TAVARES -----

Nova Farmácia no Concelho -----

- - Ligada à questão já colocada, anteriormente, pela Deputada Célia, gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse e fizesse o ponto de situação sobre concurso relacionado com a nova farmácia. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA TERESA SILVA LOPES -----

Zona do Lapão -----

- - Relativamente à situação da zona do Lapão, gostaria de recordar que na reunião ordinária da Câmara Municipal de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, ficou registado em ata que o relatório prévio do LNEC já havia sido elaborado para futuras intervenções. -----

- - Perante esta informação, gostaria de questionar o executivo municipal sobre qual a data exata em que esse relatório prévio do LNEC foi recebido pela Câmara Municipal? -

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Quais são as principais conclusões e recomendações constantes deste relatório? Com base nas conclusões constantes do relatório recebido, que medidas concretas prevê o município adotar para a resolução dos problemas identificados na zona do Lapão? Que entidades é que se encontram, atualmente, a analisar o relatório e a definir soluções técnicas a implementar? Existe alguma proposta de intervenção em estudo ou, um cronograma previsional para a execução das medidas que venham a ser consideradas necessárias? -----

- - Considerando que as vítimas e moradores da zona do Lapão aguardam há largos meses por informação sobre as soluções a implementar e respetivos prazos, entendemos ser fundamental que o município esclareça publicamente qual o ponto de situação deste processo e quais os próximos passos previstos. -----

Voto de saudação alusivo ao dia do combatente -----

- - Referiu que na sessão da Assembleia Municipal de trinta de abril de dois mil e vinte e seis, foi apresentado pela Deputada Teresa Lopes, um voto de saudação alusivo ao dia do combatente constante da respetiva ata que, o mesmo era remetida à mesa para apresentação na reunião seguinte. Contudo, o referido voto de saudação não consta na ordem de trabalhos da sessão subsequente, nesse sentido solicita-se à mesa da Assembleia Municipal que esclareça se o voto de saudação apresentado em trinta de abril de dois mil e vinte e seis foi formalmente admitido pela mesa, quais as diligências efetuadas pela mesa após a sua receção, por que motivo o referido voto de saudação não foi incluído na ordem de trabalhos da reunião seguinte. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

Projeto “Arruda mais jovem” -----

- - Referiu que o projeto “Arruda mais jovem” é uma iniciativa que se iniciou o ano passado e congratula essa iniciativa. Esta iniciativa foi sugerida, na altura, pelo CDS e considera que é de elevada importância para incentivar os mais jovens a promover valores que são cruciais para a formação da sua vida com sentido de responsabilidade e com sentido de criação de hábitos de trabalho. -----

- - Nesse sentido, gostaria de saber qual foi a adesão dos jovens ao programa deste ano e se faria sentido aumentar o número de vagas, porque da consulta que fez, verificou que existem três vagas para as diferentes semanas, por isso gostaria saber se não faria sentido aumentar e alargar o tipo de atividades, aumentar o número de vagas disponíveis para os jovens e, de alguma forma, ampliar o período de inscrição para este tipo de programa. -----

Site da Câmara Municipal-----

- - Relativamente ao site da Câmara Municipal, verificou que as atas não estão publicadas desde o dia dezoito de julho de dois mil e vinte e cinco, havendo assim uma

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

violação do artigo que diz que as deliberações da Assembleia Municipal devem ser publicadas no site da Internet onde ficam disponíveis, por isso é conveniente que isso seja corrigido.-----

- - Também verificou que, ao nível do regimento, a folha dos tempos dos partidos não está atualizada, ou seja, ainda está mencionado a orgânica que havia do anterior executivo, portanto, convém ter essa nota para se poder corrigir face à atual orgânica partidária que está representada na Assembleia. -----

Substituições às Assembleias Municipais-----

- - “Relativamente à questão das substituições, derivada à conversa que tivemos na nossa reunião de líderes, eu não tive presente na última assembleia e já não ia a tempo para solicita substituição, porque de acordo com a informação que nos dão temos que dizer com setenta e duas horas de antecedência para fazer o pedido de substituição, mas eu fui verificar o regimento e considero que é omissivo, tanto no regimento como na lei, e de acordo com o que acontece na CimOeste e nas reuniões de câmara, gostaria de perceber se não poderíamos ter aqui, de alguma forma, um modelo idêntico, porque, eu não encontrei a informação de termos que ter uma antecedência das setenta e duas horas. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES-----

Recomendação - “Por mais Autonomia Financeira para os Municípios” ----

- - “Em abril, o Governo anunciou a criação de um grupo de trabalho para a revisão das finanças locais, tendo indicado que esse processo seria desenvolvido em estreita articulação com as autarquias locais. -----

- - Considerando que esta revisão representa uma oportunidade não só para o município de Arruda dos Vinhos, mas para todo o país de dar passos no sentido de reduzir a centralização excessiva que caracteriza Portugal; -----

- - Considerando que Portugal continua a ser um dos países mais centralizados da OCDE, onde apenas cerca de 15% da despesa pública é realizada ao nível local ou regional; -----

- - Considerando que a autonomia financeira dos municípios permite aproximar as decisões fiscais dos cidadãos, promover maior responsabilidade na gestão pública local, incentivar a atração de pessoas e empresas para os territórios e reforçar o princípio da subsidiariedade; -----

- - Considerando que, para municípios como Arruda dos Vinhos, mais autonomia financeira deve ser acompanhada por mecanismos objetivos, previsíveis e transparentes de coesão territorial, garantindo que os territórios fora das áreas metropolitanas não são penalizados, mas antes ganham maior capacidade de decisão e desenvolvimento; -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - A Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos recomenda ao Executivo Municipal que, no âmbito do processo de revisão da Lei das Finanças Locais, através da sua participação na Associação Nacional de Municípios Portugueses ou em contexto de contacto direto com o Governo, defenda as seguintes orientações: -----
- - A duplicação da participação dos municípios na receita de IRS gerada no seu concelho, de 5% para 10%, alargando a capacidade de devolução de imposto aos munícipes e estimulando a concorrência fiscal entre autarquias; -----
- - A duplicação da participação municipal na receita de IVA associada à atividade económica local, de 7,5% para 15%, criando um incentivo real à atração de pessoas, empresas e investimento para o território; -----
- - O reforço progressivo de um modelo de financiamento local com maior peso da receita fiscal gerada no próprio município, sem prejuízo da manutenção de mecanismos objetivos, previsíveis e transparentes de coesão territorial, de forma a garantir que municípios de baixa densidade, como Arruda dos Vinhos, não sejam penalizados, mas antes disponham de mais autonomia, responsabilidade e capacidade para atrair pessoas, empresas e investimento. -----
- - A Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos entende que a revisão da Lei das Finanças Locais é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. Uma lei mais descentralizada, que ligue de forma mais clara o financiamento das autarquias à riqueza gerada nos seus territórios, é condição necessária para municípios mais autónomos, mais responsáveis e mais capazes de servir os seus cidadãos. -----
- - Maior liberdade orçamental local implica maior responsabilidade perante os munícipes. Por isso, as receitas e despesas públicas devem ser decididas, tanto quanto possível, ao nível mais próximo dos cidadãos. -----
- - Menos centralismo, mais responsabilidade local e mais liberdade para os municípios decidirem o seu futuro.”-----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Questionou se algum deputado necessitava de algum esclarecimento adicional sobre esta recomendação. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA -----

- - “O Partido Socialista teve acesso a esta moção, como todos os outros na reunião de líderes, e após a análise do documento, decidimos abster-nos relativamente a esta recomendação. -----
- - Não pomos em causa o princípio da descentralização de competências e uma maior proximidade e de um reforço de competências do poder local, isso é algo que o Partido Socialista há muito defende e recentemente, o Governo, fez isso com a descentralização de competências e respetivas verbas. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Relativamente a esta moção, o princípio para nós é muito claro e, não podemos votar a favor, porque a moção, tem situações que não estão esclarecidas e falta alguma fundamentação relativamente à questão do que é esse aprofundamento da descentralização, por exemplo, fala-se da duplicação de receitas, mas não se consegue perceber como. Reconheço que seria exaustivo uma recomendação aprofundar muito o tema do porquê de se duplicar receitas, e porque é que não se triplica ou quadruplica, e qual é que é a contrapartida desse aumento de verbas, porque quando as verbas vêm, geralmente, vem sempre outro tipo de responsabilidades e, mais recentemente, também sabemos que a descentralização de competências que as câmaras receberam relativamente à educação e à saúde, vieram acompanhadas de um pacote financeiro que, como nós sabemos é insuficiente. É esta a justificação da abstenção da bancada do Partido Socialista.”-----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa colocou a recomendação a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e uma abstenção e quatro votos a favor da bancada da Iniciativa Liberal e da bancada do Chega. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Concorda com a importância destas Assembleias Municipais descentralizadas e da importância em termos de proximidade, tanto para a população ficar a saber do que a câmara trata, mas também para participarem e verem as suas questões esclarecidas. É isso que é a democracias, ou seja, é a crítica, é o pluralismo e é o debate fraterno.-----

- - Relativamente à questão do ponto de situação do saneamento em A-do-Mourão, referiu que a obra está a progredir com aquilo que são os desafios técnicos que, à data de hoje, têm sido superados todos de uma forma que faz com que o cronograma que estava delineado, não esteja a ser comprometido, portanto, os trabalhos estão a ir de encontro àquilo que é a normalidade. Obviamente que tem que se ter algum realismo no que diz respeito a estas obras, tendo como comparativo a intervenção que houve na Carvalha, não podemos ser otimistas exagerados, mas também não vamos ser pessimistas porque as coisas estão a correr bem, a obra está a ir de encontro àquilo que é a normalidade que se deseja. -----

- - Relativamente à secção descentralizada dos bombeiros referiu que o percurso / calvário procedimental está ultrapassado, já existe o visto do Tribunal de Contas, portanto, agora é começar com a obra. O que está previsto é que até ao final deste mês os trabalhos se iniciem, ainda hoje se recebeu o plano para instalação do estaleiro e os planos de segurança que são documentos inerentes a estas situações, portanto, a obra vai começar. Acrescentou que ainda este mês também se irá iniciar as obras nas Corredouras. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Relativamente à questão do Infarmed e da nova farmácia, passou a citar parte do e-mail que veio do Infarmed - "... foram rececionadas oitocentos e oito candidaturas. Após finalizada esta situação serão notificados todos os candidatos ao concurso de admissão exclusão das candidaturas, sendo promovido a audiência prévia dos interessados nos respetivos artigos do código do procedimento administrativo relativamente aos candidatos excluídos. Depois de serem analisadas todas as pronúncias que venham a ser rececionadas aos projetos de exclusão será tomada uma decisão final sobre a exclusão ou não das candidaturas e será elaborada a lista de candidatos pré-selecionados. A lista de candidatos pré-selecionados será posteriormente homologada por deliberação do Conselho Diretivo do Infarmed e, por fim, existindo mais do que um candidato pré-selecionado a deliberação referida indicará a data, a hora e o local de realização do sorteio que definirá a calendarização decrescente para efeitos de direito à instalação da farmácia." -----

- - Oitocentos e oito candidaturas é um número bastante generoso, o que faz com que haja algum interesse em haver a instalação de uma nova farmácia em Arruda. Este é o ponto da situação, ou seja, houve muitos interessados, agora é aguardar pela resolução final. -----

- - Sobre a questão da habitação social, referiu que há um anseio por parte da autarquia e, neste momento está a decorrer, um projeto de intervenção nas antigas instalações da Junta Autónoma das Estradas, que fica próximo do Posto Territorial da GNR. É uma intervenção que está a decorrer neste momento e que está enquadrada relativamente aquilo que é o PRR. -----

- - Em relação à questão do Lapão e do relatório do LNEC, gostaria de fazer só uma correção, ou seja, não houve propriamente um relatório final, o que houve foi um relatório preliminar relativamente a algumas situações, tais como o Lapão, a estrada 115-4 e a situação no Lugar da Mata, que permitiu ter uma avaliação e uma motorização para perceber se as vias podiam ser abertas ao trânsito, ou não. -----

- - Este relatório foi muito preliminar, e continuamos à espera do relatório final com a avaliação geotécnica profunda, nomeadamente na questão das habitações, para se perceber se podem ser requalificadas, que tipo de requalificação é que deve ser feita, mas desse ainda estamos à espera. -----

- - Ontem estive no LNEC com a Presidente, a engenheira Laura Caldeira, que informou que o relatório está a ser ultimado, tem demorado porque as solicitações são muitas, algumas envolvem os tribunais. -----

- - O relatório que se está à espera, será completamente diferente do relatório preliminar que existiu na altura que serviu só para se perceber se era possível abrir algumas estradas. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Em relação à intervenção da Deputada Raquel Carvalho e ao projeto “Arruda mais jovem”, tal como disse, e bem, foi uma aposta que o executivo fez, para retomar aquilo que eram os antigos programas da década de oitenta. Este programa tem o enquadramento de tornar possível, aos jovens, o contacto com o trabalho, para muitos deles, o primeiro contacto com o mundo do trabalho, e existem um conjunto de princípios, de valores e de responsabilidades que lhes dá uma formação como seres humanos e como futuros profissionais. -----

- - Referiu ainda que este ano, mais uma vez, as candidaturas superaram, em muito, as vagas existentes, ou seja, havia vinte e cinco vagas e houve setenta e oito candidaturas, houve mesmo uma grande procura. -----

- - Obviamente que a questão para não haver mais vagas, é uma questão financeira, porque, é um programa com muita procura e o caminho que tem que ser feito é preparar a evolução e indo se aumentando o número vagas, porque é evidente que com o aumento desta procura e destas candidaturas, no próximo orçamento é preciso aumentar a rubrica e fazer um reforço, porque é preciso apostar na juventude, apostar no mercado de trabalho, dar qualificações e chamar à câmara essa responsabilidade, além de já se fazer essa aposta, é preciso ir mais longe. -----

- - É uma opção política, estamos todos de acordo, mas é preciso ter condições financeiras e ver até onde o orçamento deixa chegar, porque como sabem, existem algumas limitações no orçamento. -----

- - Relativamente ao site do município, agradece a informação e já alertou os serviços técnicos para se colmatar essa lacuna, que tem que ser corrigida. -----

- - Quanto à recomendação apresentada pela bancada da Iniciativa Liberal, referiu que não iria comentar, mas tudo o que seja mais dinheiro para o município de Arruda, vê com bons olhos. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Respondendo à Deputada Teresa Lopes, em relação à saudação, referiu que normalmente estes documentos são votados imediatamente no dia que são apresentados o que aconteceu, por lapso não veio mencionada na ordem de trabalhos de hoje, mas se a assembleia der autorização, poder-se-á voltar a ler e votar-se de seguida. -----

- - De seguida questionou se a saudação poderia ser votada neste dia e neste período antes da ordem do dia, com o qual o plenário concordou. Assim a Deputada Teresa Lopes passou a ler o voto de louvor. -----

Voto de Saudação -----

- - “No passado dia nove de abril assinalou-se o dia do combatente, nesse sentido, o partido Chega, vem remeter a V.Ex.^a um Voto de Saudação, para apresentação na

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

próxima reunião, traduzindo-se numa homenagem sentida aos antigos combatentes cuja coragem e entrega permanecem gravados na memória coletiva do país. -----

- - Cada um deles carregou muitas vezes, em silêncio, o peso de decisões difíceis e de realidades duras, sempre com sentido de dever que caracteriza os que servem Portugal. -

- - Este voto de saudação é por isso mais do que um gesto formal é um compromisso de memória, respeito e gratidão. -----

- - O partido Chega, através deste voto, pretende honrar aqueles que serviram em condições extremas e reafirma que a falta de apoio e de reconhecimento por parte dos sucessivos governos, constitui uma injustiça que não pode continuar a ser ignorada. ----

- - Uma memória a preservar e um agradecimento a todos os que serviram Portugal e continuam a servir, como é o caso do Deputado Municipal da nossa bancada.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA-----

- - Solicitou, à mesa, um minuto para a bancada poder reunir, o que a mesa concedeu. --

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Passado o minuto solicitado, colocou o voto de saudação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

- - Respondendo à Deputada Raquel Carvalho, em relação ao site, referiu que a publicação das atas e a alteração dos tempos, realmente ainda não estão publicados, mas vai ver com os serviços o que é que se passa. -----

- - Em relação ao regime de substituição, no regimento da Assembleia Municipal, no número três do artigo décimo terceiro, é dito “com a necessária antecedência”, até pode parecer um pouco vago, mas não se pode contactar o deputado seguinte de um dia para o outro, por isso é necessário dar, realmente, alguma antecedência. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

- - “Senhora Presidente, eu peço desculpa, só falo esta situação porque, consideramos que a presença de todos os deputados que foram eleitos pela nossa população é importante, porque é quem estamos aqui a representar, nesse sentido considero que seria importante haver a facilidade em se resolver estas situações. -----

- - O que nos foi sempre transmitido é que era preciso setenta e duas horas, mas tanto no regimento como na lei isso é omissivo. O que eu quero dizer com isto é que poderemos considerar, é que existem situações similares, como é o caso das reuniões de câmara que não requerem as tais setenta e duas horas. -----

- - Nós só queremos que se agilize soluções que permitam que haja substituições, porque não queremos que haja falta de deputados, é nesse sentido que procuramos uma solução que seja compatível às situações que possam surgir na vida de cada um.”-----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Referiu que foi pena que a bancada do Juntos por Arruda não tenha dado essa sugestão, quando se abriu a hipótese de se rever o regimento, mas tudo está em aberto, poderemos lá voltar com certeza. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - “Eu só queria dar aqui uma nota, no seguimento do que a Deputada Raquel Carvalho disse, porque de facto o artigo décimo oitavo, do regimento da câmara, é mencionado um dia útil de antecedência. -----

- - Assim sugiro, que o que a Senhora Presidente, se calhar, poderá fazer no futuro, é que no início de cada sessão, se não se verificar a presença de algum deputado, caso esteja na sala, chamar o elemento imediatamente a seguir na lista.” -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Está-se a referir estritamente ao regimento da Assembleia e ao número três do artigo décimo terceiro, o regimento da Câmara não se aplica à Assembleia Municipal. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - “Como foi falado no regimento da Câmara, só quis dar conhecimento sobre o artigo exato que estávamos aqui a mencionar e, no sentido construtivo de trazer informação para cima da mesa. -----

- - Se não é possível essa convocatório em local, pronto, era só uma sugestão.” -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Referiu que este assunto, não deveria de estar a ocupar tempo nesta reunião, mas deveria ter sido tratado em reunião de líderes, onde a Deputada Raquel Carvalho já tinha falado no assunto. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES -----

- - “Gostaria de congratular o executivo pelo Mercado Oitocentista, na mesma forma que nós, enquanto deputados, estamos aqui para fiscalizar e chamar a atenção das coisas menos boas, também temos que falar nas coisas boas e, consideramos que este tipo de certame deve continuar uma vez que traz a Arruda dos Vinhos, muitas pessoas e deixa Arruda no mapa dos eventos locais, por isso, agradecemos ao executivo por mais um ano de Mercado Oitocentista. -----

- - Relativamente à Estrutura de Missão de Reconstruir Arruda, gostaria de saber se o processo já está no seu término, se já se está a dar como concluído, se do lado da IP, as coisas estão a andar, ou se isto ainda se vai prolongar mais no tempo. -----

- - Gostaria de saber se já há novidades sobre a Carta Educativa, e se já há novidades sobre Gabinete de Projeto, que se falou em assembleias anteriores. -----

- - A bancada da Iniciativa Liberal quer congratular a Senhora Vereadora Sónia Tiago, e felicitar a sua tomada de posse como vereadora da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, desejando os maiores sucessos pessoais e políticos no exercício destas suas

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

novas funções. Estamos certos de que este mandato lhe proporcionará uma experiência enriquecedora e, acima de tudo, oportunidade com o contacto direto com os eleitos municipais. Aliás, arriscamos a dizer que a sua presença hoje, já terá participado em quase tantas reuniões como a sua antecessora, desejamos por isso que encontre nesta nova função, espaço para contribuir positivamente para o concelho, e porque a política também se faz de boa disposição, na próxima reunião, esperamos pelos seus belos morgadinhos de arinto.”-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Relativamente ao Mercado Oitocentista, agradeceu as palavras da Deputada, é um trabalho em conjunto muito importante, é um certame que tem um conjunto de características muito interessantes, porque, para além da autêntica viagem no tempo, também tem todo um ambiente familiar que, no fundo, acaba por ser um ótimo cartão de visita. Este ano houve um extra que foi a gravação feita pelos Caretos com uma participação numa música de apoio à seleção nacional, em que uma grande parte dessa gravação foi durante o Mercado Oitocentista. -----

- - É um certame que tem uma característica muito especial, as pessoas sabem para o que vão, não é preciso inventar muito, além de este ano ter havido duas situações diferentes, que foi o aumento do recinto, houve também um aumento em termos de participação, de resto há todo um ADN que, não é intocável e que tem que ser respeitado, porque a fórmula já está afinada, e por isso, não vale a pena estar a inventar mais nada. -----

- - Relativamente à Estrutura de Missão, referiu que tem avançado, esta Estrutura de Missão passa muito por esse conjunto de entidades que vão colaborando com o município, obviamente que a IP - Infraestruturas de Portugal tem aqui um papel muito importante, porque está-se a falar de uma governação multinível do ponto de vista destas infraestruturas, porque, está-se a falar de infraestruturas com uma dimensão nacional. -----

- - Já foi apresentado os resultados das reuniões mais recentes, ontem também estive com o Senhor Vice-Presidente da IP e trocaram algumas impressões no sentido destas questões serem ultrapassadas o mais rapidamente possível, embora sejam morosas face à sua complexidade. -----

- - Depois há também as questões relacionadas com a predominância da dimensão municipal e as da esfera das juntas de freguesia. São muitas entidades, algumas estão nesta primeira fase, outros estarão numa fase posterior, e por isso a Estrutura de Missão vai-se fazendo, mas há muito trabalho pela frente. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Está-se na fase de elaboração de projetos das primeiras intervenções que foram a preocupação mais imediata e mais urgente de transformar as vias que estavam afetadas, na altura, e torná-las transitáveis. -----

- - Relativamente à carta educativa, referiu que está quase fechada, não tem sido um processo muito fácil porque exige um conjunto de entidades, porque tem esta dimensão de haver uma capacitação e uma avaliação e uma construção com base na Academia do ISP - Instituto Superior Politécnico, e tem uma dimensão intermunicipal, porque é um trabalho que está a ser feito com a chancela da Comunidade Intermunicipal do Oeste, e com todos os agentes educativos que têm colaborado, e isso exige, como é de calcular, muitas reuniões de trabalho, muitas versões que são corrigidas, que são reavaliadas, mas neste momento já se está numa fase muito final. -----

- - Em relação ao Gabinete de Projetos, referiu foi feito esse reforço do ponto de vista orçamental, está tudo pronto para se avançar com esse Gabinete de Projetos que também poderá ser uma mais-valia relativamente àquilo que são estes desafios que existem na reconstrução de Arruda, mas como já foi falado várias vezes, existe o problema da capacitação financeira, no orçamento municipal já existe uma rubrica para a reconstrução e existem os fundos comunitários, para além da esperança dos fundos que possam vir da parte do Governo Central, mas este gabinete pode ter aqui um aspeto muito importante para esta construção, no que diz respeito aos fundos comunitários, por isso, o projeto é para avançar a breve trecho. -----

Ordem do Dia -----

PONTO N.º 1 – ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL-----

- - Presente a referida ata, para eventual aprovação. -----

- - Foi deliberado, por maioria, com abstenção dos Deputados Vicente Santos, Rui Plácido, Hélia Tavares, José Carlos Silva, Pedro Lourenço, Raquel Carvalho e Teresa Lopes, por não terem estado presentes na referida reunião, aprovar a ata. -----

PONTO N.º 2 - ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE ABRIL-----

- - Presente a referida ata, para eventual aprovação. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA-----

- - “Eu preferia não ter de fazer esta intervenção hoje, mas não conseguia estar de consciência comigo mesmo se não fizesse. -----

- - Nesta ata constam, depois da votação, declarações do Presidente da Câmara, nos pontos cinco e seis, e peço que, de acordo com a alínea seis do artigo oitenta e sete do Regimento, estas declarações do Presidente fossem retiradas. Pedimos isto, porque o artigo sessenta apenas prevê declarações de voto para os deputados municipais ou Presidentes de Junta, podendo ter lugar depois da votação, o que não se aplica ao

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

Presidente da Câmara, portanto, que como não tem voto, não pode ter declarações de voto. -----

- - Também, de acordo com o número três da alínea seis no artigo cinquenta do Regimento, reafirma que o Presidente pode intervir sim, mas nas discussões sem direito a voto, e essas discussões são antes da votação. -----

- - O Presidente tinha todo o direito de fazer uma declaração desde que fosse posicionada antes da votação, uma vez que não foi, e foi entregue à posteriori nós, gostaríamos de pedir que essas mesmas declarações fossem retiradas da ata da assembleia de trinta de abril.” -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Referiu que o Senhor Presidente não pode fazer declaração de voto, mas pode fazer declaração política, e na ata só diz que é “declaração”, não diz “declaração de voto”.----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que não fez nenhuma declaração de voto, mas sim uma declaração política.--

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - Referiu que de facto, a questão não é o nome, a questão é ser após a votação, o que está em causa é fazer declarações de voto e interpelações à mesa sobre a condução da votação, o senhor Presidente se queria fazer uma declaração política, pode fazê-lo, não é isso que está em causa, mas tem que fazer antes da votação. -----

- - Por isso, nós não achamos que esteja correto, de acordo com o Regimento, que essa declaração seja feita depois da votação, para além do mais, a declaração foi entregue e nem foi lida e as declarações entregues são apenas sujeitas às declarações de voto, de acordo que o Regimento. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que precisa saber qual o articulado onde é explícito que não pode apresentar uma declaração política, após discussão, porque tem uma declaração política para fazer na reunião de hoje. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - Na sua opinião, e de acordo com o regimento, o Presidente da Câmara, pode fazer declarações políticas, desde que sejam antes da votação, porque a sua intervenção, de acordo com o número três da alínea b, e do artigo cinquenta, diz: “intervir nas discussões sem direito a voto”. o período de discussão é antes da votação, porque senão está-se a considerar o período depois da votação de discussão e está-se a abrir um precedente que não é prática das assembleias, sejam elas municipais, intermunicipais ou sejam Assembleia da República, onde o regimento, quando há estas questões de conformidade, tem de se basear. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Referiu que declaração política pode ser sempre feita, e deverá ficar antes ou depois da votação. -----

- - Vai-se ter este assunto em consideração e solicitar uma indicação ao gabinete jurídico. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Para si, essa situação não é clara, como não é claro o impeditivo de fazer à posteriori, porque trata-se de uma discussão e o Presidente da Câmara também tem direito ao contraditório, uma vez que não é uma declaração de voto é sim uma declaração política.

- - A declaração foi entregue, porque o que estava acordado era para não se ler, porque pessoalmente até teria preferido ler, e disse isso na altura. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA -----

- - “O Partido Socialista, quer expressar aqui o seu lamento por esta situação caricata. É uma situação que é democrática, e acho que não tem interesse para as pessoas que estão a assistir, é uma questão de regimentos, é uma questão que é falava na conferência de líderes, que acontece alguns dias antes da Assembleia e, é onde se discute essas questões burocráticas, para não estarmos aqui a perder tempo com assuntos que não trazem mais-valia para a população, porque eles não querem saber quem fala antes ou quem fala depois, sendo certo que é obrigação dos deputados e da mesa fazerem cumprir o regimento. -----

- - Apenas lamento esta situação, que devia ter sido tratada na conferência de líderes que, é um compromisso assumido entre todos, certos assuntos são tratados lá, e nas Assembleias trata-se da discussão política.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - No sentido de dar resposta ao Deputado Rui Moreira, apesar de poderem ser discutidas na conferência de líderes, mas nada impede, uma vez que é um ponto da ordem de trabalhos, que elas também sejam discutidas na Assembleia. -----

- - “O que nós queríamos saber é se a Senhora Presidente vai retirar, ou não, as declarações políticas do Senhor Presidente da Câmara. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Referiu que, de momento não iria retirar, e que se irá solicitar a opinião do Gabinete Jurídico sobre este assunto. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - A bancada do Juntos por Arruda, então sugere que o ponto seja retirado da ordem do dia, té se ter essa confirmação do gabinete jurídico, uma vez que não podem votar em consciência se existir uma violação do Regimento. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - “Realmente, é pena que, em vez de estando aqui todo este tempo a falar de algo, poderia ter sido resolvido na conferência de líderes, ou então no Juntos por Arruda, haver mais comunicação e o Deputado Paulo ter transmitido, a quem foi à conferência de líderes de preparação desta reunião.

Deliberação-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia, para se pedir parecer sobre as intervenções do Presidente da Câmara a seguir às votações.-----

Tempo de intervalo-----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

- - Uma vez que já passa das vinte e duas e trinta, irá se proceder a um intervalo de dez minutos, tal como ficou acordado na reunião de líderes.-----

PONTO N.º 3 - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL-----

- - Presente informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação e discussão.

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

- - Fez uma breve explicação sobre o ponto.-----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MIROSLAVA-----

- - Após analisar o relatório de atividades e situação financeira verifica-se a existência de várias empreitadas identificadas em situação de obras suspensas, suspensão com prorrogação de prazo ou pedido de reequilíbrio financeiro.-----

- - Nesse sentido, gostaria de saber qual a razão da suspensão, qual a nova data de conclusão e se existirão custos adicionais.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

- - Referiu que algumas obras começaram tardiamente, como é o caso das obras nas Corredouras, também tem havido algumas prerrogativas legais, nomeadamente a questão do reequilíbrio financeiro, que é uma prerrogativa legal face àquilo que muitas vezes advém de uma conjuntura adversa, que faz com que os custos de construção sejam aumentados, nomeadamente a questão dos combustíveis e das matérias-primas, o que faz com que depois haja essa necessidade de reequilíbrio financeiro que é solicitado pela empresa adjudicada e que faz com que seja reportado neste relatório.-----

- - Em relação aos custos adicionais, referiu que, tal como já explicou sobre a obra de A-do-Mourão, até ao dia de hoje a obra tem estado a decorrer dentro do prazo, mas quando foi o saneamento na Carvalha, houve trabalhos adicionais, face àquilo que foram algumas dificuldades acrescidas que foram encontradas em obra, porque ao serem detetadas teve que se fazer uma intervenção mais robusta, do ponto de vista da maquinaria, daquilo que foi a intervenção e que acarretaram trabalhos adicionais,

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

portanto, este relatório caracteriza-se pela transparência onde essas dificuldades inerentes à questão das obras ficam espelhadas. -----

PONTO N.º 4 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS, O CLUBE RECREATIVO DESPORTIVO ARRUDENSE E O EXTERNATO JOÃO ALBERTO FARIA NO ÂMBITO DA GESTÃO, MANUTENÇÃO E UTILIZAÇÃO DO POLIDESPORTIVO-----

- - Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 18 de maio. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO LOURENÇO -----

- - Referiu que este protocolo define como principal utilizador o EJAF - Externato João Alberto Faria, no entanto, ao nível de alocação de fundos, a principal fatia cabe à câmara, que paga trinta e dois mil euros e o EJAF paga apenas seis mil euros, além disso, a Câmara também paga a eletricidade, o gás e a água.-----

- - Gostaria de saber como é que foi feita esta alocação de custos entre o EJAF e a câmara. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que estas verbas são estabelecidas com base naquilo que é uma concertação feita entre as partes envolvidas, obviamente que a “fatia de Leão” é do município, porque está-se a falar de uma infraestrutura que tem a possibilidade de ser utilizada por todos os jovens do concelho, como está estipulado no contrato-programa de desenvolvimento desportivo que dá o enquadramento necessário. -----

- - O que se fez, foi uma articulação com o CRDA - Clube Recreativo e Desportivo Arrudense, que recebe esta verba para fazer toda a manutenção do edificado de forma a permitir a prática desportiva a todos os jovens do concelho, e por isso é que a câmara tem esse valor mais elevado, porque o que o executivo quer é que haja esta infraestrutura ao serviço da população. -----

- - Fazendo um bocadinho de história, este tema transcende à maior parte das pessoas presentes, este assunto vem de há muitos mandatos anteriores, e o que está em causa é que esta infraestrutura desportiva, que foi feita com fundos que foram disponibilizados, com o racional de ser colocada ao serviço da população, nomeadamente a população estudantil, ou seja, faz-se este protocolo, porque houve todo um enquadramento que fez com que esta infraestrutura exista, mas há uma obrigatoriedade de ser colocada ao serviço das escolas, neste caso também do EJAF. -----

- - Referiu que este ressarcir por parte do EJAF não tem muitos anos, ou seja, há bem pouco tempo eles não pagavam qualquer valor. Este protocolo é um encontro de vontades entre o EJAF, o município e o CRDA. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - A responsabilidade do desporto e de dar disponibilidade de instalações à população, é do município, por isso é quem paga mais.-----

Deliberação-----

- - Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, que totalizam a quantia de € 133.333,33 decompondo-se da seguinte forma: -----

Classificação Económica	Encargo Total	Encargos 2026	Encargos Plurianuais					TOTAL
			2027	2028	2029	2030	2031	
01.02/04.07.01	160000,00 €	26 666,67€	32000,00 €	32000,00 €	32000,00€	32000,00€	5333,33€	133333,33 €

- - O Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó, não se encontrava na sala aquando da discussão e votação deste ponto. -----

PONTO N.º 5 - CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO - FILIPA RAQUEL JOSÉ CAMPOS-----

- - Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 18 de maio-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

Deliberação-----

- - Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, de acordo com alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei, afetar a parcela que provem do prédio inscrito na matriz predial rustica sob o artigo 98 Secção QQ, da freguesia de Arranhó e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 199/19860319, para o domínio público municipal. -----

- - O Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó, não se encontrava na sala aquando da discussão e votação deste ponto. -----

PONTO N.º 6 - PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO EM SEDE DE IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS (IMI) NO ÂMBITO DAS INTEMPÉRIES - 2026-----

- - Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 01 de junho. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES-----

- - “Sobre o regulamento deste apoio extraordinário em sede de IMI, obviamente, a Iniciativa Liberal apoia este princípio, porque é inequívoco que é necessário. -----

- - Queremos falar um pouco sobre o processo, porque para ter acesso a este apoio o munícipe tem primeiro que pagar IMI e depois tem que pedir a sua compensação e, para isso há uma exigência de sete documentos, documentos esses que estão a ser pedidos a famílias que estão desalojadas e vivem fora de casa, que vão ter custos para conseguir

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

ter alguns destes de documentos. Ainda há a agravante de existir o despacho 37 90.2026 de vinte e quatro de março, que diz que o Estado não pode pedir documentos que são do Estado, inclusive para as estruturas de missão onde, justamente, este regulamento se inclui. -----

- - Esses documentos são a nota de liquidação do IMI, o comprovativo de pagamento do IMI, certidão atualizada do registo predial, certidão do domicílio fiscal, declaração da junta de freguesia, fotografias e relatório dos danos, declaração de compromisso de honra e comprovativos IBAN. -----

- - “Quase que aposto que depois de entregarem tudo isto ainda lhes vão pedir um raio-x ao tórax e uma eletrocardiograma para comprovar que respiram e que estão vivos. -----

- - Peço que revejam isto, porque não faz sentido nenhum, as pessoas já têm a vida toda complicada, não compliquem mais.”-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - “Penso que a questão do tórax, nós conseguimos assegurar que não é necessário, quanto ao comprovativo de IBAN, penso que são precisos só alguns segundos para adquiriu. -----

- - Eu quero relembrar de uma coisa que o Governo tem chamado muita à atenção, nomeadamente o Ministro Castro Almeida, que são as situações de fraudes que tem existido, nomeadamente algumas até construídas com inteligência artificial. -----

- - Eu percebo tudo o que disse, mas por questões de rigor e transparência, penso que tem que haver um mínimo de coerência, relativamente àquilo que é a utilização de dinheiros públicos, porque são dinheiros públicos. -----

- - O que se está a fazer, e muito bem, penso que estamos todos de acordo, aliás a sua intervenção vai nesse sentido, é abdicar de receita, portanto, tem que haver aqui uma vistoria, e tudo o que estamos a pedir é o mesmo que o Estado exige, ou seja, o que a CCDDR nos exigiu para validação destas casas a fundos, foi vistoriada e apresentar documentação, o que do ponto de vista daquilo que são os apoios à agricultura, e quando o Senhor Secretário de Estado da Agricultura esteve em Arruda, deu nota de muitas situações de fraude, é uma palavra pesada, mas é disso que se trata, e por isso estas vistorias são essenciais e, para isso, tem que haver documentação, está-se a falar de dinheiros públicos, são receita que o município está a abdicar, portanto, tem que haver o mínimo de seriedade no processo. -----

- - São sete documentos, desses sete um é o comprovativo de IBAN, os outros são documentos de fácil acesso, com é o caso da vistoria que é um processo relativamente célere, assim fosse tão célere a atribuição de apoios financeiros, por parte do Estado Central, e estar-se-ia muito melhor, nomeadamente o concelho de Arruda dos Vinhos.--

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Vou-lhe ser sincero, se houvesse coisas a melhorar eu seria o primeiro a encetar um processo de reavaliação do regulamento, para que as coisas fossem mais rápidas, mas tem que haver seriedade, e quando o testemunho que o Estado Central dá, é fraudes constantes e, como Arruda dos Vinhos não é concelho rico, também temos de ter aqui a capacidade de exigir aquilo que é um mínimo para termos a certeza que o dinheiro vai para quem precisa e para quem merece.”-----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES-----

- - “O Senhor Presidente disse e muito bem, que já foi feito este levantamento para a CCDR, portanto, já sabem quem são as pessoas que foram afetadas, por isso consideramos que pode ser simplificado o processo. Obviamente que tem de ser rigoroso, porque não queremos dar dinheiro a quem não o merece, nisso estamos todos de acordo, e concordamos com a medida, mas nós, enquanto liberais, somos muito a favor de desburocratizar e sentimos que, este caso, não está a ser desburocratizado. É só uma nota que, obviamente, o executivo aceita, se assim quiser.”-----

Deliberação-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o presente projeto de regulamento de atribuição de apoio financeiro extraordinário em sede de imposto municipal de imóveis (IMI) no âmbito das intempéries. -----

PONTO N.º 7 - NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA OS EXERCÍCIOS ECONÓMICOS DE 2025, 2026, 2027, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 77 DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO - RATIFICAR-----

- - Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 01 de junho. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MARIA JOÃO LOURENÇO-----

- - Referiu que este ponto da ordem de trabalhos, que vem para aprovação, para a bancada do Juntos por Arruda, quer dizer que só peca por ser tardio, porque trata-se da nomeação do auditor externo para o ano de dois mil e vinte e cinco, e está-se a meio de dois mil e vinte e seis. -----

- - No entanto, como foi explicado pelo Dr. Bruno Anágua, na reunião de Câmara de um de junho, acabou por ser um lapso seu e erros acontecem. Assim a bancada do Juntos por Arruda, continua a manter toda a consideração pelo Dr. Bruno Anágua, motivo pelo qual votaram a favor deste ponto. -----

Deliberação-----

- - Foi deliberado, por unanimidade: -----

- - a) Ratificar, para efeitos de regularização procedimental, e a título excecional, os atos praticados no âmbito da auditoria externa ao exercício económico de 2025,

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

designadamente, a realização dos trabalhos de auditoria, a emissão do relatório de auditoria, e a certificação legal das contas; -----

- - b) Nomear como auditor externo do Município de Arruda dos Vinhos, para os exercícios económicos de 2025, 2026 e 2027, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 248 – Pão Alvo & Associado, SROC, Lda., nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;-----

- - c) Determinar que a presente nomeação produz efeitos:-----

- - i. Relativamente ao exercício de 2025, para efeitos de ratificação dos atos já praticados; -----

- - ii. Relativamente aos exercícios de 2026 e 2027, para todos os efeitos legais.-----

PONTO N.º 8 - CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE EMPREITADAS DE RECONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELAS INTEMPÉRIES DE JANEIRO / FEVEREIRO DE 2026, NO MONTANTE MÁXIMO DE 3.800,000.00 EUROS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO -----

- - Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 15 de junho. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que este ponto é para contratação do empréstimo, entretanto, noutras sedes e noutros momentos, já foram dadas as ordens de prioridades, já foram estabelecidas as metas, foram apresentados critérios de investimento. -----

- - O que está aqui em causa é muito simples, é querer-se Reconstruir Arruda e há um conjunto de tarefas bastantes complexas e bastante exigentes pela frente e, não há capacidade financeira. O Governo Central, até à data de hoje, avançou com quinhentos e oitenta mil euros, que já estão completamente comprometidos entre intervenções e projetos de execução. -----

- - A pergunta é: Queremos fazer essa reconstrução? Sim queremos. A pergunta que hoje deve ser respondida é se esta é a melhor proposta, do ponto de vista do empréstimo? Se acharem que sim, votam favoravelmente, se acharem que não, é não. --

- - “Obviamente que está é uma situação excecional, demos provas, no passado, que quando se faz um empréstimo para a autarquia, se o dinheiro não for necessário, não será usado, e esse é o compromisso. -----

- - São três vírgula oito milhões de euros, se for necessário serão usados na íntegra, se não for necessário, eu serei o primeiro a não querer trazer um encargo para o município, porque, como devem calcular, o que está em causa, é o compromisso e o sentido de responsabilidade. Ninguém de ânimo leve faz, para uma Câmara Municipal que tem um orçamento de vinte e dois milhões de euros, um empréstimo de três vírgula oito milhões de euros, mas quando essa Câmara Municipal tem encargos na ordem de vinte milhões

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

de euros e não tem verbas para fazer face aquilo que são as necessidades, se quiser reconstruir o seu concelho, tem que fazer um empréstimo.-----

- - Se o Governo Central der os fundos necessários para essa reconstrução, eu serei o primeiro, e com muito gosto, a não utilizar este empréstimo. -----

- - Se o Governo central continuar na mesma linha de não facultar, a um conselho afetado como foi o de Arruda dos Vinhos, verbas para fazer face a uma reconstrução que é muito exigente, então temos tem que usar o empréstimo. -----

- - Os Senhores Deputados, têm que pensar, se querem, ou não, comprometerem-se com o Conselho na reconstrução daquilo que são as redes rodoviários que são essenciais e que estão a pôr em causa aquilo que é a vida quotidiana dos arrudenses. nas quatro freguesias. -----

- - Não há a possibilidade de se reconstruir sem haver capacidade financeira, a não ser que haja um milagre. Pensem nas vossas vidas, se precisam de resolver um problema e se não têm capacidade financeira, têm que recorrer a uma fonte de financiamento, neste caso é a mesma coisa, só que numa escala maior.-----

- - O tempo está a avançar, se hoje o empréstimo for aprovado, ele ainda tem que ir a despacho do Tribunal de Contas, o mês de agosto é aquele mês, em Portugal para, vai se avançando, e depois entra-se no inverno e depois não se pode entrar em obra e as estradas vão ficar como estão agora, intransitáveis. -----

- - “É isto que temos em consciência, e fomos todos eleitos, e com sentido de responsabilidade e com sentido de Estado Local, que é o nosso concelho, é preciso perceber se queremos, ou não, reconstruir o nosso concelho.”-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA-----

- - “O Partido Socialista votou a favor da consulta de propostas para um financiamento bancário de três virgula oito milhões de euros ao município de Arruda dos Vinhos para ser utilizado na reparação dos danos criados pelas intempéries, no início de dois mil e vinte e seis. -----

- - Hoje, vota a favor da contração do financiamento à entidade bancária que apresentou as melhores condições para o efeito. Lamentamos que o tenhamos que fazer, mas face aos graves danos que sofremos e à parca e lenta ajuda que o Governo está a apresentar neste processo, não tivemos outra solução. -----

- - Arruda não pode parar, Arruda não pode esperar mais, há projetos de execução que têm de ser lançados e pagos, há procedimentos concursais que têm de ser abertos e adjudicados e há obras que têm de começar o mais rápido possível antes que chegue o inverno e os danos se tornem maiores. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Os arrudenses não podem estar reféns de migalhas enviadas para tapar danos de milhões. Há um PTRR que ainda não saiu do Power point, mas a necessidade é premente e a urgência é real. -----

- - Reconstruir Arruda é a prioridade número um do Partido Socialista em Arruda, e queremos humildemente, que seja um desígnio partilhado por todos sem hesitações, sem tibiezas, sempre ao lado das populações desde a primeira hora. -----

- - A população quer respostas, quer soluções e não podemos protelar por mais tempo sem resolver os problemas; mesmo que tínhamos de nos superar de uma catástrofe que exigia a solidariedade de um país e de um governo, porque é uma tarefa que ultrapassa as capacidades do município.-----

- - Senhor Presidente da Câmara e todo o executivo municipal, podem contar com o Partido Socialista para ajudar no desígnio de Reconstruir Arruda.”-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO SÉRGIO AGOSTINHO -----

- - “Da análise que fizemos às condições de empréstimo, constatámos que, efetivamente esta foi a melhor proposta, quer a nível de taxa quer a nível de condições. -----

- - Tendo em atenção a data da contratação do mesmo, caso seja aprovada nesta assembleia, o Senhor Presidente referiu que, este processo, ainda vai demorar algum tempo, mas esta proposta é válida por sessenta dias, havia propostas com uma taxa ligeiramente superior, mas válidas por cento e vinte dias. Esta questão do prazo de validade pode vir a ser um problema?” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Relativamente ao que foi dito pelo Deputado Rui Moreira, agradeceu esse compromisso, porque é isso que se pretende, ou seja, é vincular todos naquilo que é um compromisso que é necessário para nos comprometermo-nos com a reconstrução do concelho, e isso exige esse sentido ético e de não fazer vista grossa, daquilo que são as dificuldades que a população tem neste momento, em diferentes áreas, como por exemplo na variante de A-do-Morão, na Carvalho, no Lapão, onde existem dificuldades nas quatro freguesias, a que se soma depois os investimentos municipais e todas as artérias que são de carácter nacional. -----

- - Relativamente ao que foi dito pelo Deputado Sérgio Agostinho, referiu que o que está agora em causa é a contratação, depois à posterior será a validação por parte do Tribunal de Contas, mas irá passar a palavra ao Dr. Bruno Anágua, para dar uma explicação mais técnica. -----

INTERVENÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS - DR. BRUNO ANÁGUA -----

- - Referiu que já viu, no passado, propostas com o prazo de trinta dias e serem adjudicadas e ninguém colocou em causa. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Os sessenta dias desta proposta, está em crer que ainda se conseguirá dentro do prazo, mas o que conta aqui é a data de adjudicação e não lhe parece que vá haver qualquer questão que seja suscitada, de qualquer forma se houver, até ao momento da contratação se houver alguma recusa, terá que se voltar com o processo ao início. -----

- - Do que aconteceu no passado, e da experiência que tem, nunca viu nenhuma situação idêntica em que houvesse uma recusa e, parece-lhe que há interesse em manter a proposta, aliás a proposta é muito aliciante. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO LOURENÇO -----

- - Referiu que tinha três questões a colocar.-----

- - Se esta proposta de empréstimo já está protocolada, ao abrigo das linhas do Banco de Fomento para os municípios foram vítimas das intempéries? -----

- - Gostaria de perceber porque é que foi adotado este período de carência e esta duração para este empréstimo em particular? -----

- - Senhor Presidente, pelas declarações e a apresentação que fez, podemos concluir que, se forem desbloqueados os fundos do Governo Central, este empréstimo será imediatamente amortizado? -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que deixa a parte técnica para o Dr. Bruno Anágua responder.-----

- - Começando, pelo fim que é a parte mais política, a resposta é sim. Obviamente que se houvesse esse desbloqueio de verbas por parte do Governo Central para fazer face a estes encargos, seria o primeiro a não querer o empréstimo, este empréstimo é uma condição de urgência excecional, de quem não tem outra possibilidade de fazer face aquilo que são custos exagerados, face aquilo que é a capacidade financeira desta autarquia. Assim, a resposta é, se o Governo Central enviasse para Arruda os fundos para fazer face aquilo que se tem pela frente, ficava tudo sem feito, como é evidente. ---

INTERVENÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS - Dr. BRUNO ANÁGUA -----

- - “Se me pedirem a opinião, obviamente, que sou a última pessoa a defender dívida no município, mas face à gravidade da situação é mais do que razoável recorrermos à banca, ainda na incerteza do que poderá vir ou não, em termos de comparticipação, até porque ainda não temos a noção de qual vai ser o rácio de comparticipação, se será cem por cento, cinquenta por cento ou sessenta por cento. -----

- - Portanto, neste momento, o montante que está na nossa posse, acaba por estar cativo, e foi utilizado para reforçar o orçamento e para poder avançar com alguma despesa, mas temos necessidade de reforçar também o orçamento para podermos recorrer a nova despesa e suporta-la de alguma forma.-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Obviamente que se houver financiamento a fundo perdido, terá que haver aqui um rácio para conseguirmos chegar a todos os investimentos que possam vir a ser preconizados, e é natural que existam valores muito altos e a fatura é elevada. -----
- - O porquê do valor de três virgula oito milhões na altura, é porque estimamos, na altura, que a capacidade de endividamento do município, para este ano, andava na ordem dos sete milhões e meio, neste momento, até já temos mais alguma folga, porque entretanto reduzimos a dívida, isto é um processo dinâmico e todos os meses vamos atualizando, neste momento o município de Arruda pode ir até aos oito milhões de nova dívida, e o valor que se está a pedir fica, mais ou menos a meio, sem comprometer outro tipo de atividade, outro necessidade de empréstimo para outro fim que possa vir a acontecer, porque há sempre este grau de incerteza do que vem a seguir. -----
- - Também houve o cuidado de não ultrapassar a taxa que está no regime financeiro das autarquias locais que é vinte por cento de aumento num ano. Nós estamos a trabalhar com quarenta por cento, porque nos últimos anos, os Orçamentos de Estado têm admitido que o regime financeiro está desatualizado, já tem alguns anos, é de dois mil e doze e dois mil e treze. Entretanto, também em dois mil e vinte entra em vigor um novo sistema contabilístico que acaba por estar também desajustado e o legislador, neste caso os governos, têm vindo a propor, sob proposta da DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, que a taxa de endividamento possa ser, em vez dos vinte por cento que estão plasmados no regime financeiro, quarenta por cento, ou seja, duplica e daí a possibilidade dos oito milhões.-----
- - A questão do período de carência, tentamos ir ao máximo, noutras intempéries houve legislação específica que até previa mais do que os vinte anos que estão plasmados na lei. -----
- - Fomos também para o máximo do período de utilização, três anos, e vamos ver se conseguimos em três anos, lançar procedimentos e aprovar os projetos, depois há outras entidades que têm que se pronunciar e o tempo passa muito rapidamente, por isso fomos para os três anos, tentamos ser mais conservadores em tudo. -----
- - Escolheu-se a taxa variável também porque, sabendo-se que pode vir a aumentar com a recente evolução dos indexantes, e porque a taxa fixa pressupõe a utilização da totalidade do empréstimo, porque se não utilizarmos a totalidade, o capital que não for utilizado está sujeito a uma taxa, ou seja, vamos pagar por algo que não vamos utilizar. -
- - Não sei se vamos utilizar o valor que estamos a pedir, mas foi assim que construímos esta operação e, portanto, nesta fase não há lugar a taxa fixa, porque se recorrêssemos a uma taxa fixa e não fosse preciso usar todo o valor do empréstimo iria estar-se a pagar um encargo que já estaria fechado. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Assim, dadas as condições do mercado, nesse momento, se for necessário podemos recorrer legalmente a uma nova operação, essa sim já com uma taxa fixa, que seja menos exposta a riscos, e que possamos então substituir uma dívida por outra, até já o fizemos no passado com o PAEL e também com as intempéries de dois mil e nove, e tivemos uma solução onde se poupou valores muitos substanciais.” -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES -----

- - “A Iniciativa Liberal vem para esta reunião sem ter a certeza do seu voto, porque isto é uma posição extremamente difícil para nós. -----

- - Nós percebemos que temos que ter tesouraria para fazer alguma coisa, porque mais uma vez, o Governo falha. -----

- - Mais uma vez que o Governo Central, que foi governado nestes últimos cinquenta anos por três forças políticas aqui representadas, o PS muitos anos e a AD atualmente, e criaram sistemas que, quando chega à hora da verdade, os contribuintes têm que pagar em dobro, aquilo que já pagaram antes. -----

- - Nós gostávamos muito de não ter que estar aqui a discutir este tema, gostávamos imenso que, neste momento, as verbas já tivessem sido bloqueadas, que os papéis não ficassem presos nos gabinetes, que a burocracia não entale a vida das pessoas, porque o Governo é exímio em arrecadar receita e muito mau em utilizá-la para as pessoas, portanto, esta é a nossa ideologia, talvez seja aquilo que mais nos separa.-----

- - Nós queremos votar contra este empréstimo, porque achamos que perder, um vírgula cinco milhões em juros para o Montepio, é perder um vírgula cinco milhões para a vida dos arrudenses, mas, ao mesmo tempo, queremos votar a favor, porque há muita coisa para resolver e, portanto, ficamos aqui no limbo. -----q

- - Como a Iniciativa Liberal pauta-se por não ficar no “nim” nós, após o compromisso do Senhor Presidente de que só vai utilizar este dinheiro se for mesmo necessário, optamos por votar a favor.” -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

- - “O Juntos por Arruda, também a questão de sentir esta proposta com alguma fragilidade e de a encarar, de a aceitar ou de a provar. -----

- - Questiono se a CCDR já provou, ou já validou, todos os valores ou, todas as calamidades que foram apresentadas e orçamentadas no nosso município? Porque, segundo os trâmites, é preciso ter todo esse processo feito, para que depois possa ser apoiado.” -----

INTERVENÇÃO DP PRESIDENTE DA CÂMARA-----

- - Referiu que, em relação à intervenção da Deputada Rita Nunes, aparentemente estão sintonizados, ambos querem a mesma coisa que é reconstruir o concelho, e para isso é preciso este empréstimo para se conseguir fazer face a essas despesas, mas só se está a

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

contrair este empréstimo, porque, mais uma vez, o Governo Central falhou, e “não tenho como dizer de outra maneira, falhou e, neste momento, não vou dizer o nome, mas há já quem não me atende o telefone, portanto, é disso que se trata. -----

- - Estamos a contrair um empréstimo, porque o Governo central não dá resposta, eu não queria ficar associado, no meu mandato, a ter que recorrer a um empréstimo de três virgula três milhões de euros, não tinha interesse nenhum, até porque vou ter que abdicar daquilo que é um conjunto de projetos que foram a votos e que vou ter que os reequacionar, portanto, não tenho gosto nenhum em trazer aqui este empréstimo, mas tenho que o trazer porque o Estado falha, e o Governo Local tem que assumir responsabilidades e compromissos que são de responsabilidades de caráter público, porque isto é um problema público, não é um problema de Arruda, é um problema público, e estamos a falar de um encargo de vinte milhões de euros, para uma autarquia que tem uma capacidade de orçamento de vinte e dois milhões, em que cerca de setenta por cento desse valor, é para despesa corrente, e quando digo despesa corrente, é muito simples, é pagar aos nossos colaboradores, é pagar a água que corre nas nossas torneiras, é para ter a capacidade de recolher os nossos RDU's, é ter a capacidade de manutenção do nosso saneamento e das nossas estradas, é ter as escolas abertas com refeições, é isso que estamos a falar, e em cima disto tudo temos que arranjar dinheiro para fazer face a um encargo de vinte milhões de euros, e depois há Secretários de Estado que, neste momento, já nem me atendem o telefone. -----

- - Tudo fizemos para não ser necessário o empréstimo, mas o Estado do meu País, falha, e é isso que está em causa. -----

- - Respondendo à questão da validação dos prejuízos pela CC DR, vou lhe citar o que tenho aqui: “a informação que o município dispõe, transmitida diretamente pela CC DR-LVT e inequívoca. O relatório técnico que enviámos servirá de base ao trabalho do Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional. Esse relatório é o instrumento que permitirá ao Governo, abrir as candidaturas a que os municípios estão obrigatoriamente de se candidatar para que, os prejuízos possam ser validados e posteriormente financiados. -----

- - Enquanto esse passo formal não ocorrer, não existe qualquer valor oficialmente validado pela CC DR-LVT.” É isso que está aqui em causa, neste momento, o que temos são os valores que reportamos com o levantamento técnico inicial, mas a validação final depende exclusivamente da abertura e análise de candidaturas. -----

- - Enquanto isto não existir, estamos num limbo que faz com que se vá avançando no tempo e todas as estradas, que exigem e que precisam de intervenção, não serão intervencionadas, portanto é este o compromisso, mantemos este *status quo* que o Governo não decide, não financia e não resolve, ou comprometermos, todos nós que

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

fomos a votos, nós que dissemos que iríamos dar a cara pelo nosso concelho e pelo nosso território, dizemos que sim, nós não queríamos nos comprometer com uma responsabilidade tão grande e arranjar despesa no valor de três vírgula oito milhões de euros para o município, mas não há outra alternativa, à data de hoje, porque se houvesse eu sou o primeiro a esquecer este empréstimo, posso-vos garantir. Porquê? Por uma questão de ambição pessoal do projeto político que eu lidero, e que gostava de fazer tudo aquilo que foi a votos, tal como a requalificação do pavilhão multiusos e tantos outros projetos que eram a minha ambição, enquanto político e enquanto presidente desta câmara, mas não vou conseguir fazer na totalidade. Porquê? Não há como dizer de outra maneira, o Estado Central falha nas suas obrigações e não dá dinheiro aos municípios para fazer face a um comboio de intempéries de que não há memória e depois, temos duas situações, que são muito simples, e ainda ontem disso isso no LNEC, quando me perguntaram o que é que mudava, e o que eu mudava era a Lei das Finanças locais, porque há municípios com capacidade financeira que, à suas expensas, conseguem fazer face a estes custos e, temos municípios como Arruda, que não têm capacidade financeira para, sem o auxílio do Governo Central ou através de empréstimo, não consegue resolver os problemas, e a política é muito simples, a política existe e serve para resolver problemas da nossa população e, a nossa população tem, neste momento, estradas intransitáveis.-----

- - Nós estamos a trabalhar, comprometemo-nos com a população conforme nos comprometemos quando formos a eleições, é isto que tem que avançar.” -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES-----

- - “O senhor Presidente trouxe aqui uma questão que eu estava a pensar se falava nela ou não, que é o facto de as verbas estarem completamente bloqueadas por parte do Governo e, surpreendeu-me bastante que a Deputada Raquel venha fazer aqui esta pergunta uma vez que vocês são força política que está representada no Governo e deveriam sabê-lo, tendo em conta que nós conseguimos fazer isso de forma muito fácil, ou seja, nós já sabíamos que está tudo travado, nos gabinetes e nas secretárias. -----

- - Depois, em relação à questão da CCDR, quero lembrar as nomeações foram feitas, e aqui chamado à responsabilidade tanto PSD como o PS. -----

- - Eu pergunto aqui muito diretamente, até às outras forças políticas, que até ao momento não se manifestaram, tal como a CDU e o Chega, o que é que vocês estão disponíveis para fazer para dar dinheiro a Arruda, porque nem os três milhões não vão chegar para pagar os vinte milhões. -----

- - Volto a reforçar o que já disse na assembleia anterior, eu estou de consciência tranquila, a bancada da Iniciativa Liberal está de consciência tranquila neste tema, inclusivamente, hoje trouxemos uma recomendação já a pensar nesse futuro, e estamos

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

sempre em contacto direto, e o Senhor Presidente está aqui pode confirmar, em tudo o que são oportunidades de projetos e de investimentos, e eu tenho falado muitas vezes com o executivo relativamente a isto, porque sei que nós vamos ter que financiar isto nalgum lado e que isto vai demorar, portanto, custa-me muito ver que Arruda está num grupo de municípios que foi completamente entalado de pelo Governo, volto a reforçar, porque não é só Arruda que está a contrair empréstimo, transversalmente todos os municípios estão a contrair empréstimos para poderem se safar e nós não podemos estar aqui a safarmo-nos, nós estamos a hipotecar o futuro de Arruda, lembrem-se disto.”-----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

- - “Eu vinha colocar aqui uma outra questão que considero ser de relevo e de realce e que é importante. Queremos perceber se entre o município e a CimOeste, tem havido sinergias que possam ajudar a resolução deste tipo de situações, ou seja, eu sei que as candidaturas já abriram para a zona de Leiria e para a zona de Alcácer, para esta questão específica do nosso concelho as candidaturas estarão a abrir em breve, ou não? Nós temos aqui na resolução de Conselho de Ministros numero dezassete de três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, onde é referido que a CCDR tem mesmo que validar os danos, antes dessas candidaturas. -----

- - Eu fico aqui um bocadinho com esta reticência porque, o Senhor Presidente disse que era só depois de fazer esses projetos.-----

- - A candidatura, sim irá abrir, mas para poder se candidatar a estes apoios, a CCDR tem que validar todos esses danos que existam e os valores que são apresentados como de calamidade. Face a tudo isso, eu considere que o Governo tem feito, aquilo que está ao seu alcance, nós não temos ligações diretas ao Governo Central, mas considero que, com certeza, Arruda não ficará esquecida no Governo.”-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA-----

- - “Seguindo o que disse a deputada Rita Nunes, sobre as nomeações dos governos, eu quero recordar que a Dr.^a Teresa Almeida, Presidente da CCDR, já era presidente da CCDR em dois mil e vinte e dois, altura em que houve também questões de calamidade atmosférica, e há aqui uma grande diferença, em dois mil e vinte e dois, o Governo na altura era do PS, e deu instruções diretas à CCDR para validarem logo as intervenções necessárias, e depois se veria o que era preciso para resolver a questão financeira. -----

- - Neste momento temos o contrário, ou seja, estamos com uma situação muito complicada e temos o Governo a dar instruções à CCDR para “aguentem os cavalos que vamos analisar primeiro as coisas e depois, quando tivermos tudo resolvido, damos o ok para vocês avançarem”, é uma postura completamente diferente e, sinceramente, isto é um assunto que me aborrece, porque acho que isto é uma questão em que o concelho foi

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

todo prejudicado, nós sabemos o que é que aconteceu desde o final de janeiro até a este momento, dos vários posicionamentos das forças políticas, da maneira como, declaradamente e sem hesitação, avançaram para apoiar este conselho na luta para resolver os seus problemas, e estarmos aqui a fazer isto num cavalo de batalha de que o Governo deu mais ou menos dinheiro, mas as pessoas querem é ver os problemas resolvidos e se não há impulso processual por parte do Governo, eu e o Partido Socialista, entendemos, e muito bem, que deve ser a câmara a avançar.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANTÓNIO PARADA-----

- - “Estamos aqui a lavar a roupa suja, quando o rio nem passa aqui. A câmara está a passar por uma situação que não foi criada pela Câmara, foi a natureza. Quando todos nós nos propusemos a ser candidatos à autarquia, todos nós prometemos o sol e chuva, nós queremos o melhor para câmara, e agora estamos aqui a dificultar a aprovação de um crédito que é uma coisa simples e que não sai do vosso bolso, pensem uma vez na vida, não sai do vosso bolso, é da responsabilidade da câmara, por isso vamos ser unidos, vamos acabar com essa hipocrisia, essa falsidade e vamos aprovar, porque nós precisamos de melhorar Arruda. -----

- - Se você não é de Arruda, vá embora, eu considero Arruda como a minha terra e eu se fosse ao contrário não aprovava, mas agora a calamidade veio dar uma surpresa a todos nós e a natureza é isso, agora é preciso perceber de onde é que vem o dinheiro, ninguém faz omeletes sem ovos. -----

- - Vamos acabar com essa hipocrisia e falsidade, a política seja da esquerda seja da direita é preciso unir-se para se puder avançar com os trabalhos. Deixem-se de política suja, aprovem o empréstimo e vamos avançar.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - “Respondendo à Deputada Raquel Carvalho, eu percebe que, às vezes é um bocadinho difícil despir a camisola da cor política, mas para se ter uma imagem, porque às vezes uma imagem vale mais do que estar-se aqui com grandes dissertações sobre a celeridade dos processos por parte do Governo Central, relembro dois factos muito simples e objetivos para caracterizar aquilo que, no meu entender, que é a ação e a qualificação de inércia por parte do Governo central, ou seja, já passaram cinco meses e estamos a discutir a validação de relatórios e candidaturas que não abriram, é isso que estamos a falar. -----

- - A ação do seu Governo Central, relativamente ao concelho de Arruda dos Vinhos é que passaram cinco meses e nada aconteceu. Peço desculpa, preciso de retificar, aconteceu, tivemos um adiantamento de quinhentos e oitenta e três mil euros, em cinco meses enviaram quinhentos e oitenta e três mil euros, isso é a resposta célere. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - E eu vou-lhe explicar, sabe como é que eles foram encontrados? Já expliquei, mas vou voltar a explicar. Foram encontrados com o racional errado, porque o que me foi dito pelo responsável da Estrutura de Missão, que é acima de suspeita para mim e pelo qual eu tenho um grande preço, apesar de não ter a minha cor partidária, partimos todos da mesma dimensão para começo de conversa, como se diz em bom português, todos os municípios foram corridos a quinhentos mil euros, e depois consoante tivéssemos as casas mais ou menos afetadas fez-se um pequeno ajuste, no nosso caso calharam-nos oitenta e três mil euros, o que é extraordinário.-----

- - O problema é que o racional é errado, como ele próprio também admite, tinha que haver algum, e o que serviu como bitola, foram as casas, no caso de Arruda, não exclusividade, mas a esmagadora maioria das situações, está no Lapão, mas o grande problema para Arruda não são as casas, o grande problema para Arruda foi toda a nossa rede rodoviária, na altura chegou-se a ter uma única estrada que estava viável do ponto de vista da circulação. -----

- - Arruda recebeu esse valor por um racional que não está correto, mas tinha que haver algum, porque o maior problema em Arruda não foram as casas mas sim a rede viária, e esses prejuízos tem um valor de vinte milhões euros, que também já foram transmitidos à Estrutura de Missão, mas a Senhora Deputada, tem a capacidade, em termos de narrativa, de dizer aqui que a prestação do Governo Central, à data, e passaram cinco meses, e conseguiu identificar um racional que é errado para o concelho e dar uma verba de quinhentos e oitenta e três euros, fez um trabalho extraordinário, e nós estamos aqui para contratar um empréstimo face a esse desempenho extraordinário. -----

- - Basear-se numa formula errada e entregar quinhentos e oitenta e três mil euros, para um problema de vinte milhões, ainda assim, a senhora que não consegue despir essa camisola e acha que o Governo Central fez um bom trabalho, isso é extraordinário. -----

- - A Senhora Deputada disse que Leiria já tinha as candidaturas aprovadas, mas eu falei com o Presidente da Câmara de Leiria, ele o que me disse é que também tinha que fazer um empréstimo, pelos vistos as coisas também estão a funcionar muito bem em Leiria, tão bem que o Presidente da Câmara tem que recorrer a um empréstimo, e posso-lhe garantir que não são de três virgula oito milhões, são dezenas que Leiria vai ter que contratar para fazer face a um flagelo que é conhecido por todos nós, mas realmente, não há dúvida, o Governo Central tem feito um excelente trabalho.” -----

- - De seguida, o Presidente da Câmara, passou a ler a Declaração política. -----

- - “Nas circunstâncias excecionais que o concelho de Arruda dos Vinhos enfrenta, a contratação deste empréstimo, constituir uma decisão de responsabilidade política de necessidade e de defesa do interesse público.-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - As intempéries que atingiram o concelho provocaram danos significativos em infraestruturas, equipamentos e espaços públicos afetando a vida das populações, a atividade económica e a normalidade do funcionamento de diversos serviços. -----
- - Perante esta realidade, o município tem o dever de agir com rapidez, eficácia e sentido de responsabilidades. -----
- - Não basta reconhecer os prejuízos, é necessário agir e agir de forma rápida, eficaz e proporcional às dificuldades enfrentadas pelos municípios. -----
- - A reconstrução e reposição das condições de segurança não podem ficar dependentes de processos demorados de indefinições administrativas ou da expectativa de apoios que tardam em chegar. -----
- - As populações exigem respostas concretas e os autarcas têm obrigação de as garantir. Neste contexto a contratação do empréstimo constitui um instrumento indispensável para assegurar a disponibilização, imediata, dos recursos financeiros necessários à execução das intervenções urgentes de reconstrução e recuperação do concelho. -----
- - A demora na obtenção desta verba, significaria prolongar os prejuízos, atrasar a reposição das condições de segurança e comprometer a resposta que é devida aos arrudenses. Importa ainda salientar que a proposta selecionada resultou de um processo de análise das condições apresentadas pelas entidades financeiras consultadas, tendo sido considerada a proposta do Montepio, por se revelar a mais favorável para o município do ponto de vista financeiro, garantindo as melhores condições de financiamento e a salvaguarda dos interesses da autarquia e dos seus municípios. -----
- - Este empréstimo não represente uma opção política desejável, em circunstâncias normais, representa, isso sim, uma solução inevitável, perante a urgência das intervenções necessários e perante a insuficiência dos apoios disponibilizados pela Administração Central para fazer face à dimensão dos prejuízos registados. -----
- - Consideramos que o Governo deveria assumir uma responsabilidade acrescida no apoio aos municípios afetados por fenómenos climáticos extremos, assegurando mecanismos mais céleres e adequados de financiamento, não é aceitável que as autarquias sejam frequentemente chamadas a suportar, quase sozinhas, encargos que resultam de situações extraordinárias e que ultrapassam largamente a sua capacidade financeira normal. Entre esperar indefinidamente por soluções externas, ou avançar com os meios ao alcance do município, para devolver segurança, mobilidade e qualidade de vida às populações, impõe-se uma atuação responsável e determinada que coloca em primeiro lugar, os interesses da comunidade. -----
- - A contratação deste financiamento deve ser entendida como um instrumento ao serviço da reconstrução de Arruda dos Vinhos, da proteção das populações, da

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

recuperação dos equipamentos e infraestruturas afetados e da defesa do futuro do concelho. -----

- - Num momento exigente como este, que o interesse dos arrudenses deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, é este o princípio que deve orientar todas as decisões e todas as ações destinadas a devolver ao concelho as condições de normalidade, segurança e desenvolvimento que as suas populações merecem.” -----

- - De seguida a bancada do Juntos por Arruda, solicitou dois minutos, para puderem conferenciar, o que foi concedido pela mesa. -----

Deliberação-----

- - Foi deliberado, por unanimidade: -----

- - i) Autorizar a contração de um empréstimo de longo prazo destinado ao financiamento de empreitadas de reconstrução e reparação de danos causados pelas intempéries de janeiro/fevereiro de 2026, até ao montante máximo de €3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil euros), pelo prazo de 20 anos, com período de utilização e carência de capital de 36 meses, taxa de juro variável correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de spread de 0,197%, e demais condições constantes da proposta apresentada pelo Banco Montepio; -----

- - ii) Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da operação financeira, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, totalizando um montante máximo de €5.284.926,00, de acordo com o cronograma financeiro constante do Anexo IV. -----

- - Foi ainda deliberado, por unanimidade, que após obtenção das autorizações da Assembleia Municipal, o processo seja novamente submetido à Câmara Municipal para efeitos de adjudicação definitiva da operação financeira, aprovação da minuta do contrato de empréstimo e autorização para a respetiva outorga. -----

- - Durante a votação estiveram presente todos os deputados municipais, ou seja, 25 deputados municipais. -----

Declaração de voto da bancada do Chega-----

- - “O Grupo Municipal do CHEGA de Arruda dos Vinhos, no âmbito do ponto da ordem de trabalhos, relativo à contratação de um empréstimo de longo prazo no valor de 3.800.000€ destinado ao financiamento de empreitadas de reconstrução e reparação de danos causados pelas intempéries de janeiro e fevereiro de 2026, vem declarar o seguinte: -----

- - O CHEGA vota favoravelmente a presente proposta, por considerar que a reposição das condições de segurança, funcionalidade e dignidade das infraestruturas afetadas constitui uma necessidade urgente e inadiável para o concelho. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

- - Contudo, este voto favorável é acompanhado de uma exigência clara de rigor, transparência e escrutínio na aplicação integral dos fundos agora aprovados. -----

- - Assim, o Grupo Municipal do CHEGA exige ter conhecimento detalhado e permanente da afetação de cada euro do montante em causa, solicitando que sejam disponibilizados relatórios claros e discriminados sobre todas as intervenções financiadas por este empréstimo, bem como a respetiva execução física e financeira. ----

- - Mais se requer que a Assembleia Municipal seja regularmente informada sobre o ponto da situação das obras e respetiva execução orçamental, de forma a garantir o devido acompanhamento político e o controlo democrático da despesa pública.” -----

Declaração de voto da bancada do Juntos por Arruda-----

- - “A bancada do Juntos Por Arruda reconhece a situação excecional que o concelho enfrenta na sequência das intempéries de janeiro e fevereiro de 2026 e a necessidade de mobilizar recursos extraordinários para responder aos danos verificados nas infraestruturas municipais. -----

- - Desde o primeiro momento, deixámos claro que nunca esteve em causa a necessidade de intervenção, nem a possibilidade de recurso a financiamento externo. O Município tem responsabilidades próprias e, perante uma situação desta dimensão, deve ter capacidade para responder às necessidades das suas populações. -----

- - O que está em causa é a forma como esse processo será executado, a capacidade efetiva do Município para concretizar o investimento previsto e a garantia de que os recursos públicos serão utilizados com rigor, transparência e planeamento. -----

- - Foram disponibilizados alguns elementos técnicos que permitem identificar parte das intervenções previstas e reconhecer que existe trabalho desenvolvido pelos serviços municipais. No entanto, esses elementos não afastam todas as preocupações que temos vindo a manifestar nem abordam todas as ocorrências. -----

- - Continuamos sem conhecer, de forma clara e pública, a distribuição concreta dos valores associados ao empréstimo pelas diferentes intervenções, quais as prioridades definidas pelo executivo municipal e qual a execução prevista das obras. -----

- - Mantêm-se igualmente dúvidas relativamente à articulação entre os danos reportados, os valores efetivamente validados pelas entidades competentes e o financiamento agora contratado. -----

- - A existência de validação das situações reportadas pelas entidades responsáveis é um elemento essencial para que o processo ocorra com segurança administrativa e financeira. -----

- - Acresce a preocupação de que, em processos anteriores de empréstimos, existiram situações em que a capacidade de concretização ficou aquém do previsto. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 19 de junho de 2026

PONTO N.º 9 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA DIVERSOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS-----

Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 15 de junho.

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

- - Fez uma breve explicação sobre o ponto.-----
- - Foi deliberado, por maioria, com uma abstenção da Deputada Teresa Lopes da bancada do Chega, autorizar a assunção dos seguintes compromissos plurianuais, que totalizam a quantia de € 1 077 656,89.-----

Designação do procedimento concursal	Classificação Económica	GDP	Encargo total	Duração	Encargos 2026	Encargos plurianuais		
						2027	2028	Encargo total
Prestação de serviços de seguros - Acidentes de Trabalho e doenças profissionais	01.02/01.03.09.01	43.001.2018/5110.1	300 000,00	24 meses		150 000,00	150 000,00	300 000,00
Prestação de serviços de seguros - outros seguros	01.02/02.02.12	21.002.2018/5003	480 000,00 €	24 meses		240 000,00 €	240 000,00 €	480 000,00 €
Empreitada de construção de infraestruturas de circulação pedestre e manutenção local na E3115-A e na ligação ao Parque das Ruínas	02/07/01.04.01	33.001.2018/32.6	565 656,89 €	12 meses	233 034,00 €	297 656,89 €	0,00 €	297 656,89 €
Total						627 656,89 €	390 000,00 €	1 077 656,89 €

Aprovação da minuta da ata-----

Nos termos do disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou em minuta todas as deliberações integradas na Ordem do Dia a qual foi assinada por quem a presidiu e secretariou.-----

Encerramento-----

- - Não se registando mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, zero horas e quinze minutos do dia seguinte, para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Mesa, Maria Cecília Carvalho Alves Frutuoso Moleiro e pela Coordenadora Técnica, Ana Isabel Amorim Mendes, que redigiu e subscreveu.-----


